



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0010473-40.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Documento de Origem: **CF, OF - 3226/2016 - 4º Distrito Policial de São Carlos, 1595/2016 - 4º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **KARINA APARECIDA TEIXEIRA**
 Vítima: **NEUTO JOSE MATEUS e outro**

Réu Preso

Aos 09 de fevereiro de 2017, às 16:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. CARLOS EDUARDO MONTES NETTO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente a ré KARINA APARECIDA TEIXEIRA, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foram ouvidas as vítimas, uma testemunha de acusação e interrogada a ré, **sendo todos os depoimentos gravados por meio de sistema audiovisual. Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição do policial militar Dayvid Luiz Miguel, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências.** Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** "MM. Juiz: KARINA APARECIDA TEIXEIRA, qualificada a fl.98, foi denunciada como incurso nas penas do artigo 155, §1º, do Código Penal e artigo 155, §§1º e 4º, inciso II, c.c. art.14, II, do Código Penal, porque em 14.10.2016, por volta das 04h07, na rua Raimundo Correa, 256, Vila Marcelina, em São Carlos, durante o repouso noturno, subtraiu para si, um tênis de futsal, marca Topper, masculino, número 43, avaliado em R\$90,00 de propriedade de Neuto José Mateus. Consta também que, no dia 14.10.2016, por volta das 04h07, na Rua Raimundo Correa, 266, BAIRRO Vila Marcelina, em São Carlos, valendo-se do mesmo modo de execução, durante o repouso noturno e mediante escalada, tentou subtrair para si, uma bicicleta infantil, marca Track, cor rosa, pertencente à vítima Natália Cesar Barbosa, somente não se consumando o delito por circunstâncias alheias à sua vontade. **A ação é parcialmente procedente**, já que os dois delitos restaram na forma tentada e a qualificadora da escalada não ficou bem caracterizada, já que a vítima Natalia e um dos policiais informaram que o local que a ré escalou é de fácil acesso e não tinha que fazer esforço. A qualificadora do repouso noturno restou comprovado, já que os fatos ocorreram de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

madrugada. Nesse sentido, é o entendimento dos Tribunais: O Egrégio STJ, de forma acertada, passou a entender que não existe nenhuma incompatibilidade entre a majorante prevista no § 1º e as qualificadoras previstas no §4º. São circunstâncias diversas, que incidem em momentos diferentes da aplicação da pena. Assim, é plenamente possível que o agente seja condenado por furto qualificado (§ 4º do art. 155) e, na terceira fase da dosimetria, o juiz aumente a pena em um terço se a subtração ocorreu durante o repouso noturno (**STJ - 5ª Turma. AgRg no AREsp 741.482/MG, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 08/09/2015; STJ. 6ª Turma. HC 306.450-SP, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 4/12/2014 - Info 554**).. A ré confessou os dois crimes narrados na denúncia. Os objetos não foram levados pela ré, já que a mesma foi surpreendida por policiais no local dos fatos, ficando assim os crimes na forma tentada. A ré possui maus antecedentes e é reincidente (fls.187/190 e 192). Ante o exposto, aguardo a procedência da presente ação, devendo ser fixado o regime inicial fechado para cumprimento de pena, não devendo a ré recorrer em liberdade. **Dada a palavra à DEFESA:**”MM. Juiz: passo a defesa de Karina Aparecida cuja história teve início quando Aparecida apareceu no lixo. Filha adotiva, leva a vida errante, distante da família que um dia lhe acolheu. Convive com o vírus da AIDS e na cadeia, sob promessas de ressocialização e dignidade, padece há quatro meses sem o coquetel medicamentoso. Interrogada, expôs o seu maior medo e sua maior esperança. Tem receio de ser transferida da cadeia e de perder o ganho quente. Isso quando em juízo se discute a perda da liberdade, que em tese é algo mais importante. Sem o luxo do banho quente, pode perder a resistência do corpo e ficar exposto à síndrome da imunodeficiência. Embora presa, sua esperança não é poder ser libertada, mas apenas tratar-se, podendo valer-se do sistema único de saúde. O caso sugere a equidade como premissa do julgamento, ainda que inserido na esfera penal. Aqui mais vale o fruto da cultura jurídica que o rigor da lei: *summum ius, summa iuria*. Considerada essa premissa, sobre o enfoque dogmático, percebe-se no primeiro fato, relativo à subtração da bicicleta infantil, a ocorrência de desistência voluntária. No segundo caso, atinente a subtração do tênis de futsal, o crime é comum, afastada a qualificadora da escalada pela prova cabal de facilidade de transposição do obstáculo. Não há concurso de crimes e o único delito apurado, embora formalmente típico, é materialmente atípico. Se todavia sobrevier condenação, a tentativa merece redução máxima de dois terços. As peculiaridades do caso concreto e sua diminuta gravidade, considerando ainda o tempo de prisão cautelar já suportado, recomenda a fixação do regime inicial aberto, garantindo-se desde já a ré a possibilidade de dirigir-se ao tratamento de saúde que lhe foi até aqui sonegado pelo Estado. Requer-se, por fim, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, a revogação da prisão preventiva e a concessão do direito de recorrer em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**”VISTOS. KARINA APARECIDA TEIXEIRA, qualificada a fl.98, foi denunciada como incurso nas penas do artigo 155, §1º, do Código Penal e artigo 155, §§1º e 4º, inciso II, c.c. art.14, II, do Código Penal, porque em 14.10.2016, por volta das 04h07, na rua Raimundo Correa, 256, Vila Marcelina, em São Carlos, durante o repouso noturno, subtraiu para si, um tênis de futsal, marca Topper, masculino, número 43, avaliado em R\$90,00 de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

propriedade de Neuto José Mateus. Consta também que, no dia 14.10.2016, por volta das 04h07, na Rua Raimundo Correa, 266, BAIRRO Vila Marcelina, em São Carlos, valendo-se do mesmo modo de execução, durante o repouso noturno e mediante escalada, tentou subtrair para si, u8ma bicicleta infantil, marca Track, cor rosa, pertencente à vítima Natália Cesar Barbosa, somente não se consumando o delito por circunstancias alheias à sua vontade. Recebida a denúncia (fls.118), houve citação e defesa preliminar, sendo mantido o recebimento sem absolvição sumária (fls.186). Nesta audiência foram ouvidas as vítimas, uma testemunha de acusação e interrogado a ré, havendo desistência quanto ao policial militar Dayvid Luiz Miguel. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação, nos termos da denúncia, afastando-se apenas a qualificadora da escalada. A defesa pediu a desistência voluntária em relação a tentativa de furto da bicicleta infantil, absolvição por atipicidade da conduta, e subsidiariamente, o afastamento da qualificadora, pena mínima, com benefícios legais. **É o Relatório. Decido.** Procede parcialmente a acusação. A materialidade positivada pela prova documental e oral. A autoria é certa. Ouvida nesta oportunidade, a acusada confessou ter praticado as duas tentativas de furto. Sua versão foi reforçada pelas vítimas e testemunha de acusação. Deixo de reconhecer a desistência voluntária quanto à tentativa de furto da bicicleta infantil, considerando que a ré disse nesta audiência que só não subtraiu o bem porque não conseguiu transpor o muro da residência com o objeto. Da mesma forma, deve ser afastada a alegação de insignificância, já que além do valor dos bens não serem insignificantes, a acusada possui várias passagens por crimes contra o patrimônio. Deve ser reconhecida a reincidência, diante dos documentos de fls. 152/156 e afastada a qualificadora, diante dos depoimentos prestados pela vítima Natalia e pelo PM Luiz Manoel, de que não foi necessário grande esforço da ré para o ingresso no imóvel. Por fim, a prova oral indicou a presença da causa de aumento de pena do repouso noturno e a do crime continuado. Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação e **condeno** Karina Aparecida Teixeira como incurso no artigo 155, §1º, do Código Penal, por duas vezes, c.c. art.14, II, art.61, I, art.65, III, “d”, e art.71, todos do Código Penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, fixo-lhe a pena-base no mínimo legal em 01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa, calculados cada um na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária. Compenso a reincidência com a confissão espontânea. Reconhecidas as causas de aumento do furto noturno e da continuidade delitiva, elevo a sanção para **01 (um) ano, 06 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, mais 14 (quatorze) dias-multa, no mínimo legal.** A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime aberto**, considerando que a acusada está presa desde outubro de 2016 e que é portadora do vírus HIV e necessita de cuidados médicos urgentes, que segundo sua narrativa, não foram providenciados pela unidade prisional. **Expeça-se alvará de soltura clausulado.** Não há custas nessa fase, por ser a ré beneficiária da justiça gratuita e defendida pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Ré: